

Notas sobre Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro

**Palestra do ministro Gilberto Gil sobre “A Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural” no Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
Rio de Janeiro – 16.02.2004**

1-Papel da Cultura no Governo Lula

Ao assumir o Ministério da Cultura no governo Lula, afirmamos: “a cultura assumirá uma dimensão estratégica no caminho da nação que desejamos construir.”

E justificamos: “afinal, a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação da criação simbólica brasileira.”

Definimos, então, a função do MinC dentro dessa nova ordem nacional:

“O Ministério da Cultura não pode ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial.”

Era preciso intervir firme para a construção políticas públicas para a cultura.

“Fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos do corpo cultural do país. Enfim, avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta.”

Por fim: o novo Ministério da Cultura, que estamos reconstruindo, é o “espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e o ousadia. O espaço da memória e da invenção.”

2- Situação do Patrimônio Histórico Cultural

Encontramos um Ministério da Cultura desaparelhado, desmotivado. O ministério, afirmamos na posse: “jogou na lata do lixo o papel para o qual foi criado. Promoveu sua impotência, abriu mão de seu sentido, decretou a sua agonia.”

No caso do patrimônio histórico-cultural brasileiro, a situação que encontramos era e é ainda realmente calamitosa:

“Tomemos, por exemplo, o caso do patrimônio histórico nacional, área que não costuma freqüentar as listas de prioridade de patrocínio das empresas. O resultado aqui foi desastroso.

A memória nacional está desaparecendo entre incêndios e desabamentos. Patrimônios da humanidade como Outro Preto, encontram-se em situação de risco, preocupando, inclusive, organismos internacionais como Unesco – um quadro em tudo

distinto do que se vê na Europa, onde a patrimônio histórico alimenta uma bem sucedida economia do turismo, inclusive com o concurso de divisas gastas por turistas brasileiros.

A imagem mais bem acabada da desresponsabilização do Estado, na preservação do patrimônio histórico, é a escandalosa situação em que se encontra hoje o IPHAN, que se mantém funcionando graças à ação heróica dos seus funcionários.

Burocracia pública que já desfrutou de altíssima qualidade técnica, já há 25 anos que não realiza concursos para a contratação de funcionários. Faltam um plano de carreira e salários condizentes. Nos seus escritórios regionais faltam, também, além de pessoal especializado, equipamentos e condições mínimas para que o trabalho possa ser realizado.”

Enfim, encontramos o patrimônio cultural brasileiro caindo aos pedaços, “comprometendo irremediavelmente o conhecimento que podemos ter de nós mesmos, base para a nossa afirmação como povo e nação.

3- Afinal, o que é Patrimônio Cultural?

Segundo definição clássica, o Patrimônio não se resume apenas a um conjunto de obras e bens de uma lista de tombamento.

“O patrimônio cultural é um elemento vital na formação de um processo civilizatório de um povo.

É o fundamento para o desenvolvimento cultural de um povo, e de uma nação, servindo de base para qualquer invenção artística e social.

O Patrimônio constitui a memória coletiva de um grupo, estando ela materializada em obra ou apenas representada nas tradições e costumes desse grupo.

O Patrimônio Histórico e Cultural, porém, não deve ser apenas o objeto de estudo arqueológico para profissionais da área e amantes da história.

É fundamental que este patrimônio esteja inserido na vida e na cultura do povo brasileiro e integrado aos anseios de uma coletividade e da população que habita seu meio.

O Patrimônio é hoje um elemento integrante da modernidade e a participação da sociedade atual é fundamental para que essa integração ocorra de forma harmônica e valorizadora da sua cultura. É através da preservação do Patrimônio que se mantém ativas a tradição e a identidade de um povo. O Patrimônio é o responsável pelo crescimento da auto-estima e do exercício da cidadania, visto que reúne bens que isolados, talvez não tivessem muito significado cultural, mas que reunidos traduzem a singularidade de um grupo ou de uma região. A formação da consciência coletiva sobre a importância da preservação dos valores e tradições, ampliou gradativamente o conceito de Patrimônio visto a interrelação entre as manifestações culturais, vindas da pluralidade étnica do nosso país.

(conceito baseado no texto de Glauco Campello – Livro do Ministério da Cultura 1998)

4-Patrimônios Culturais brasileiros

O Brasil tem atualmente 17 patrimônios culturais da Humanidade, tombados pela Unesco. Entre esses, destacam-se as cidades de Ouro Preto, Olinda, o Plano Piloto de Brasília, a Serra da Capivara.

O Brasil é signatário da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco de 1970 e por isso pode apresentar quantos pedidos de novas candidaturas quiser. Estão na fila para tornarem-se patrimônios materiais o complexo do Mercado Ver-o-Peso, em Belém; o Rio São Francisco; a Baía da Guanabara; a cidade de Paraty; a Estrada Real, entre Minas e o

Rio de Janeiro; e também como patrimônio imaterial as garrafadas de ervas do Ver-o-Peso; as canoas de tolda do Velho Chico; e até a receita de acarajé das baianas de Salvador.

No final do ano passado a Unesco reconheceu a arte visual da tribo Wajãpi, do Amapá, como “obra-prima do patrimônio imaterial da Humanidade”. Foi o primeiro título para os índios brasileiros.

Aliás, este conceito de patrimônio imaterial é novo.

5- Patrimônio Imaterial

O conceito de Patrimônio Imaterial veio ainda nos tempos de Mario de Andrade e Luís da Câmara Cascudo e de suas pesquisas sobre os bens culturais do Brasil na terceira década do Século XX.

Não havia, porém, subsídios legais para uma formalização desse reconhecimento e uma adequada preservação desses valores. No sexagésimo aniversário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi realizado pela 4 Superintendência Regional um seminário do qual resultaram recomendações no sentido de se criar o instituto do registro de bens culturais de natureza imaterial.

Foi instituída uma Comissão e Grupo de Trabalho que em dois anos pesquisou, discutiu e apresentou uma proposta de instrumento legal, destinado ao reconhecimento, valorização e documentação das manifestações culturais vivas da nossa cultura, que possam vir a constituir patrimônio cultural brasileiro.

(texto baseado no texto de apresentação do livro “O registro do patrimônio imaterial – dossiê final das atividades da Comissão e do grupo de Trabalho Patrimonial Imaterial – Ministério da Cultura – julho de 2000)

6 – Um pouco de história da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil

A história da preservação do Patrimônio no Brasil em muito se confunde com a história do principal órgão do país dedicado a essa causa, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1936, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema pediu a Mario de Andrade a elaboração de um anteprojeto de lei para salvaguarda dos bens culturais do país e elegeu à Rodrigo Melo Franco de Andrade, a implantação do Serviço do Patrimônio. Em 13 de janeiro de 1937, através da Lei nº 378, é criado pelo então presidente Getúlio Vargas, o IPHAN. Em 30 de novembro desse mesmo ano, é promulgado o Decreto Lei nº 25 que organiza a “Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rodrigo Melo Franco contou com a colaboração de outros ilustres brasileiros como Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Rodrigo redigiu uma legislação específica, preparou técnicos, realizou tombamentos, restaurações e revitalizações que asseguraram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras integradas e dos bens móveis. Em sua luta pelos bens culturais, ampliou o conceito de Patrimônio, iniciando proteção também a acidentes geográficos notáveis e paisagens agenciadas pelo homem.

(texto baseado no texto sobre a criação do IPHAN no site do órgão :
www.iphan.gov.br)

7- Programa Monumenta

A união do conceito de preservação de Patrimônio Histórico e desenvolvimento nacional é um dos fatores que podem explicar o que significa esse programa que representa a união do governo federal e de uma das mais fortes instituições financeiras do mundo.

O Monumenta nasceu da Parceria do Ministério da Cultura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID e com o apoio da UNESCO, com a finalidade principal de resgatar os principais conjuntos patrimoniais urbanos do Brasil. Este programa trouxe algo que nenhum outro programa de preservação de patrimônio havia feito antes, a idéia de não somente restaurar, os bens, e sim de integrá-los à vida contemporânea, trazendo-os para a cultura atual, e tornando-os auto sustentáveis, gerando atrativos e recursos para sua localização. Transformar o Bem tombado em um foco irradiador de investimentos ligados à cultura, e introduzindo-o no meio existente hoje, no cotidiano dos moradores e na ampliação das atividades turística que venham a gerar recursos para a sua cidade. O Programa também é inovador no fato de formação de mão de obra especializada e de capacitação profissional na área de restauração, para o posterior uso dos recursos na efetiva recuperação dos bens. O programa visa uma união entre governo federal, estadual e municipal, empresas privadas e o maior interessado na preservação do patrimônio, a população. Este último é talvez o item fundamental nessa luta contra a degradação, pois somente uma população conscientizada da importância do bem para o país e para si própria pode se interessar e contribuir para a conscientização das gerações futuras e assim por diante.

O programa começou com ação em sete cidades base, sendo elas Ouro Preto, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Com o decorrer do programa, foram sendo convidadas outras cidades a participarem do programa, em função da sua representatividade histórica e artística e a urgência nas obras de recuperação.

Hoje o programa já conta com 26 cidades e uma série de obras e projetos em andamento, tendo ainda uma lista de candidatas que se seguem após as já participantes. Estão em andamento grandes projetos de museus como o de Congonhas (Centro de Estudos da Pedra) e o de Corumbá (Museu do Homem do Pantanal), e encaminhados projetos dos museus de São Paulo (Centro de Cultura da Criança) e da Bahia (Museu Afro), assim como a revitalização de importantes áreas históricas.